

Tanto Preto Quanto Branco: Estudo de Relações Raciais

Nogueira, Oracy. Tanto Preto quanto Branco: Estudo de Relações Raciais. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985. 133 p.

ANA MARIA BIANCHI(*)

O livro do Prof. Oracy Nogueira é fruto de uma prolongada e hoje clássica reflexão sobre a questão das relações raciais no Brasil. A ordem adotada na sequência dos capítulos que compõem o livro é inversa à ordem em que os estudos originais foram elaborados, razão pela qual sua resenha pode ser feita de trás para a frente, sem prejuízo do entendimento do leitor.

A terceira e última parte do livro apresenta os resultados de uma investigação empírica sobre anúncios publicados num jornal paulista, que apresentavam manifestações restritivas ou desfavoráveis em relação a empregados "de cor". O ensaio veio a público pela primeira vez em 1942, ocasião em que a existência de preconceito no Brasil era escamoteada ou veementemente negada. Nesse sentido e, a despeito da timidez com que se enunciam as conclusões, o autor põe o dedo na ferida, ao mostrar que uma parcela significativa dos anúncios de emprego publicados em jornal impunha restrições à cor da pele dos even-

tuais empregados. Contudo, o autor exime-se de utilizar o termo "preconceito" para qualificar o fenômeno observado, pois, alega, não tinha ainda elementos para identificá-lo ao sentimento que "os autores norte-americanos reuniam sob a rubrica de preconceito de raça, dele diferindo apenas em intensidade".

O capítulo central do livro, sob o título "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem" reproduz um estudo que foi apresentado pela primeira vez no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1954, em comemoração ao quarto centenário da cidade de São Paulo. Nele, o autor constrói um quadro de referências para a interpretação do tipo de relações raciais predominantes no Brasil. Desta vez, estimulado pela unanimidade das conclusões dos estudos promovidos pela UNESCO sobre relações raciais em diferentes pontos do território brasileiro, Nogueira admite e proclama, desde o início, a existência de preconceito racial no Brasil. Não se trata, porém, acrescenta, do mesmo tipo de fenômeno manifesto nos Estados Unidos. Da comparação entre ambos, segundo do-

(*) Professora Assistente Doutora da FEA-USP e Pesquisadora da FIPE.

ze diferentes critérios, define dois tipos-ideais: o preconceito de marca, característico da sociedade brasileira, e o preconceito de origem, típico dos Estados Unidos. No primeiro caso, a atitude discriminatória se exerce em relação à aparência, ao aspecto físico, fenótipo, modo de trajar, falar etc. do indivíduo ou grupo vítimas de preconceito. Nos Estados Unidos, ao contrário, a simples suposição de que o indivíduo possa contar entre seus ascendentes com sangue negro é suficiente para fazê-lo vítima de discriminação. O que diferencia os dois fenômenos, conclui Nogueira, não é portanto sua intensidade, mas sim seu caráter. Enquanto nos Estados Unidos a miscigenação e o conseqüente branqueamento da população negra não asseguram ao mestiço a incorporação ao grupo branco, no Brasil a fronteira entre o tipo físico (marca) atribuído ao grupo discriminador e ao grupo discriminado é fluida e variável de acordo com as circunstâncias, do que resulta a dificuldade de definir rigidamente brancos e não brancos sociais.

Da distinção entre preconceito de marca e de origem o autor extrai uma série de implicações importantes para as manifestações de preconceito na sociedade brasileira: sua intermitência, em que a manifestação do fenômeno só é ostensiva em situações de conflito aberto; a facilidade com que as relações interindividuais ultrapassam ou ignoram as fronteiras da cor; a vigência de uma ideologia assimilacionista e integracionista; uma atitude de benevolência em relação aos grupos discriminados que se mostram menos propensos à endogamia e ao etnocentrismo; o controle do comportamento do grupo discriminador, de tal forma a não ferir a suscetibilidade do grupo discriminado ("em casa de enforcado, não se fala de corda"); a consciência da discriminação, que só se torna aguda em determinados momentos e situações; a reação individual ao preconceito, que leva a vítima a buscar compensar suas marcas negativas através de habilidades que lhe granjeiem a aprovação social; a colisão

parcial entre preconceito de raça e preconceito de classe; e assim por diante.

É importante mencionar que a taxonomia proposta neste ensaio teve repercussão entre os estudiosos do fenômeno no Brasil e no exterior e veio a ser adotada por vários pesquisadores, dentre os quais Thales de Azevedo, René Ribeiro, João Baptista Borges Pereira e Teófilo de Queiroz Junior.

A "introdução" do livro de Oracy Nogueira corresponde, na verdade, a uma extensa e profícua análise do caráter das relações raciais no Brasil. Vasculhando sua memória, o autor registra os principais contatos de natureza pessoal e também bibliográfica que despertaram seu interesse pelo assunto — na infância em Cunha, na estada em Catanduva e Botucatu, na Escola Normal e na Escola Livre de Sociologia e Política, já em São Paulo, no programa de doutoramento na Universidade de Chicago. Nessa última passagem, de 1945 a 1947, Nogueira foi membro da NAACP (National Association for the Advancement of Colored People), entidade que exerceu um papel ativo na luta pelos direitos civis dos negros. Assim, o autor teve a oportunidade de observar *in loco* a variante nacional do preconceito, bem como a tendência, por parte dos negros norte-americanos, a conceber a América Latina e o Brasil como um "paraíso" das relações raciais.

A "introdução" inclui também uma revisão dos trabalhos anteriores do autor, uma espécie de autocrítica em relação aos demais estudos que integram o livro, bem como da pesquisa empírica que conduziu no município de Itapetininga, interior do Estado de São Paulo, no conjunto de pesquisas sobre relações raciais promovidas pela UNESCO. Com esse objetivo em mente, reconstitui e rebate as principais críticas que recebeu a seu "quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil" de que decorre sua distinção entre preconceito de marca e preconceito de origem.

Se *Preto no Branco*, do *brazilianist* Thomas Skidmore, publicado em 1976, apresenta o "branqueamento" como uma solução brasileira e, ao mesmo tempo, como um ideal anacrônico; se *Nem Preto nem Branco*, de Carl N. Begler, também editado em 1976, contribui para comparar

o impacto da escravidão sobre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos; já não é sem tempo que *Tanto Preto quanto Branco* vem a prelo, a traduzir o esforço pioneiro de um intelectual caboclo para identificar o caráter das relações raciais entre nós.